

Intersubjetividade e especificidade em psicanálise

Adalberto A. Goulart,¹ Aracaju

Resumo: Partindo do conceito de Pulsão em Freud, o autor tece considerações sobre a importância da função materna e sua interação com o bebê como base fundamental para a construção da nova personalidade. Desenvolve o tema chegando à relação analítica e discute a importância da presença da personalidade total do analista na sessão, inclusive enquanto pessoa real, tanto quanto a do paciente, interagindo e interferindo no processo, apesar da neutralidade técnica buscada. O conceito de intersubjetividade é destacado como sendo a fantasia da dupla no campo analítico, construída pelo encontro das subjetividades de ambos os componentes, que serão resgatadas posteriormente, nas suas diferenças, tendo sido enriquecidas pelo encontro intersubjetivo. Destaca a importância de certa dose de coragem e ousadia que o analista precisa ter para que possa fazer uso da matéria-prima que emerge no campo intersubjetivo, sempre amparado por uma sólida formação psicanalítica, por seus estudos e especialmente por uma experiência de análise pessoal satisfatória. Sugere que o trabalho analítico consiste em construir novos significados e que, trabalhando no espaço intersubjetivo, a dupla analítica se torna mais integrada, mais viva, mais criativa e, especialmente, mais verdadeira.

Palavras-chave: Trieb; papel materno; intersubjetividade; diálogo psicanalítico; psicanálise

*A psicanálise ainda é a visão da mente
mais intelectualmente satisfatória e coerente.*

Eric R. Kandel

(Prêmio Nobel de Medicina, 2000)

A descoberta de que muitos dos chamados traumas advinham de fantasias, marca a decepção sofrida por Freud em relação à sua *Neurótica*, comunicada em carta a Fliess de 21 de setembro de 1897 (carta 69), data em que alguns consideram como correspondendo ao nascimento da psicanálise, conjuntamente com o abandono da Teoria da Sedução, que supunha a existência de traumas sexuais concretos para explicar a etiologia das neuroses. O estímulo endógeno passou a ocupar o centro de suas atenções e recebeu o nome de *Trieb*, traduzido como pulsão. Assim a psicanálise passa a conceber um aparelho mental com origem na fonte biológica endógena (*Trieb*) – ponto de interseção entre o orgânico e o mental, “conceito na fronteira entre o mental e o somático, como um representante dos estímulos gerados no interior do organismo que atingem a mente” – como uma estrutura, um modelo de funcionamento e um órgão senso-perceptivo, a Consciência. Segundo Andrade (2003), Freud tinha a intenção de dar o nome de Metapsicologia à nova ciência, que acabou por ser mais conhecida como Psicanálise.

A pulsão nunca poderá ser objeto da consciência e mesmo no inconsciente só poderá ser representado por uma ideia, dizia Freud. Tem o papel de ser a chama propulsora da vida em todos os seres vivos, um estímulo sobre a mente, derivado de uma necessida-

1 Membro efetivo e analista didata da Sociedade Psicanalítica do Recife SPR e do Núcleo Psicanalítico de Aracaju NPA.

de que a obriga a trabalhar para fazer cessar ou diminuir a excitação mediante uma ação organizada sobre o mundo externo e não apenas a uma descarga fisiológica. É observado no ser humano por meio de suas representações psíquicas. O núcleo da mente seria então formado pelos representantes da pulsão, quota de afeto e representação ou ideia, que darão origem ao afeto e ao pensamento.

Inicialmente classificadas em pulsões de autopreservação (pulsões do ego) e pulsões sexuais (libido), o estudo do narcisismo mostrou que também atuavam no ego (autoerótico) e, posteriormente, buscariam satisfação ligando-se aos objetos. Já as pulsões de autopreservação, de início dependentes do objeto, aos poucos iriam tornando-se mais independentes deste.

Mais adiante, vendo a libido como uma energia comum a ambas as classes de pulsão (de autopreservação e sexuais), Freud englobou as duas como uma única Pulsão de Vida. Concebeu a dualidade, com a Pulsão de Morte, a partir da tendência de todo ser vivo a um retorno à sua condição inorgânica.

Convencido da origem sexual da mente, Freud, a princípio, via o trauma como consequência de abusos sexuais sofridos, mas outro tipo de trauma acabou se evidenciando com os estudos sobre o narcisismo: o trauma da ferida narcísica sofrido pelo ego. Quer dizer, a princípio, a pulsão sexual é imune a traumas por ser autoerótica, o que não ocorre com as pulsões de autopreservação. Estas são vulneráveis à frustração e ao desprazer traumático para o ego ainda imaturo, que com a repetição de falhas em sua relação de dependência com o objeto poderá ter o seu desenvolvimento prejudicado, ferido narcisicamente.

A estrutura afetiva da mente humana seria formada pelos registros mnêmicos de percepções de vivências afetivas dos primórdios da vida, quando as sensações de prazer e desprazer ocupavam todo o psiquismo, correspondendo a uma fase de ego corporal (quando o papel do ego psíquico é desempenhado pelo objeto na preservação da vida). Com o amadurecimento do organismo, as quotas de afeto primitivo irão se proliferar em traços mnêmicos ou representações, criando circuitos associativos – chamados de colaterais por Freud no “Projeto para uma psicologia científica”, 1895/1987 desenvolvendo as estruturas ideativas. Aos poucos as estruturas ideativas prevalecerão sobre as afetivas desenvolvendo o ego psíquico e, com ele, o processo secundário que diminuirá a necessidade de descarga da energia pulsional.

Como a pulsão inclui necessariamente um objeto e sendo a quota de afeto um componente da pulsão, a percepção da descarga somática/afeto é indissociável da percepção do objeto, daí o ego corporal estar também indissociado do objeto, o que faz o sujeito perceber o objeto como seu próprio corpo, do qual vai se diferenciar à medida que as estruturas ideativas se desenvolverem. Ser o afeto vivenciado com o objeto é da mais alta importância na compreensão do que ocorre na relação transferencial e contratransferencial de uma análise, deflagradores naturais dos processos neuroquímicos, como evidenciam os estudos sobre *attachment* e empatia desenvolvidos pelos neurocientistas. Esses estudos nos mostram que, embora a situação transferencial não seja igual à relação original mãe-bebê, seu campo de operação situa-se em registros mnêmicos que reproduzem um clima afetivo que propicia aquisições afetivas e ideativas capazes de modificar a estrutura da personalidade.

A ligação estreita entre mãe e filho (*attachment*), descrita inicialmente por Bowlby, é construída a partir de inúmeras respostas pulsionais que visam ligar a mãe à criança e a criança à mãe. São comportamentos adaptativos da espécie, que tem por objetivo a defesa contra predadores (*holding*, mãe suficientemente boa, *rêverie...*).

No bebê humano, a dependência do objeto se faz sentir de modo mais prolongado, portanto a importância dos cuidados maternos se intensifica. A ansiedade primária do nascimento parece ser sucedida em todos os mamíferos pela ansiedade de separação; esta, por sua vez, na espécie humana, se desdobra em outra fase: a ansiedade pela perda do amor do objeto. Tal dependência passa a fazer parte da estrutura psíquica, reforçando a importância do superego como resultante da internalização do objeto como forma de tornar-se independente (Freud, 1923/1976).

Um distúrbio inicial no processo de regulação pelo *attachment* ocasiona uma predisposição patológica, deixando marcas somáticas correspondentes às falhas na estruturação do ego. Se diante de uma situação de ansiedade intensa o ego não estiver suficientemente amadurecido, os mecanismos primitivos voltarão a atuar trazendo os mesmos estados de desamparo da infância mais remota.

Temos um potencial genético humano – dependente dos polipeptídios de DNA que estão na memória evolutiva para que sejamos humanos –, mas precisamos também de um potencial genético inter-humano, uma relação Eu/não Eu para formarmos o nosso próprio Eu. Se esta relação não for razoavelmente adequada, teremos problemas importantes no futuro.

Vinculum, do latim, significa tudo o que serve para atar, ligar, prender, amarrar, juntar, unir, encadear, acorrentar. Em psicanálise, vínculos seriam estruturas emocionais unindo pessoas ou partes de uma mesma pessoa que se relacionam – corpo e mente, objetos, sentimentos, ideias –, evidentemente uma função de Eros, de ligação.

Bion nomeou três vínculos fundamentais: Amor (L), Ódio (H) e Conhecimento (K). Os dois primeiros vínculos, L e H, já bastante conhecidos na concepção do conflito Amor x Ódio, antes das pesquisas de Bion, foram por ele também melhor conceituados e estudados. L se apoia basicamente nos ensinamentos de Freud, e H, sobretudo nas ideias de Klein. O vínculo K – Conhecimento, derivado do desejo da mãe em conhecer o seu bebê – teve um destaque especial em sua obra, empreendendo pesquisas sobre o pensamento, um aparelho para pensar os pensamentos e o conhecimento, sendo que, para esse autor, o conhecimento seria parte apenas do pensar. Tomo como exemplo a incógnita, que não pode ser conhecida, mas que, porém, pode ser pensada estimulando a criatividade. Assim, o conhecimento se desenvolveria em função do pensamento. Este último necessita estar sempre associado à emoção, o que se dá pela função vinculadora de K, dando sentido às experiências emocionais.

Fazendo uso dos ensinamentos deixados por Freud – conhecimento associado à pulsão escopofílica a partir das relações entre os pais e ao enigma da origem dos bebês – e Klein – conhecimento associado à pulsão sádica, à curiosidade e controle sobre o interior do corpo da mãe –, Bion compreendeu a associação do conhecimento ao pensamento decorrente da função de continência, registro e notação das demandas corporais da reação à experiência emocional primitiva da frustração pela ausência do objeto.

Ele ampliou as situações de conflito entre os vínculos e descreveu o conflito entre emoções e antiemoções dentro de um único vínculo. Assim, L, H e K podem ser sinalizados positiva ou negativamente, de maneira que – L não seria o mesmo que H, por exemplo, mas sim uma oposição à emoção do amor – H não equivaleria a amor, mas sim a uma oposição à emoção do ódio. Zimerman (2004) acrescenta a estes três, um quarto vínculo: o Vínculo do Reconhecimento.

Costumo pensar, com Freud, que o maior desafio que enfrentamos durante a vida é o de suportarmos a nós mesmos, visto que esta presença nos acompanhará por toda a existência. Fato é que suportarmos a nós mesmos parece ser uma sentença extremamente condensada, uma vez que envolve diversos e diferentes significados e está em função das vicissitudes que acompanham o nosso viver e a realidade com que nos relacionamos interna e/ou externamente – relação vertical ou horizontal, segundo a terminologia utilizada por Ferrari, 2004. A história nos ensina que a realidade pode estar além do que podemos suportar, naturalmente de acordo com as potencialidades do nosso ser biológico e do nosso desenvolvimento mental a ele, desde sempre, conectado. Assim, desenvolvemos recursos defensivos para lidar com situações que nos ajudam a suportar a realidade e a nós mesmos dentro dessa realidade. Como é sabido, a maneira como nos relacionamos conosco mesmos diante da realidade que nos é apresentada, mostra-se de importância fundamental para um desenvolvimento mais ou menos saudável.

Já no “Projeto...” (1895/1987), Freud se refere ao conceito de tolerância à frustração relacionada ao desenvolvimento do pensamento – “o estado de expectativa é o ponto de partida para o pensamento”. Em “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental” (1911/1969), descreve os Princípios do Prazer e da Realidade como os mecanismos básicos e fundamentais que a mente se utiliza para lidar com situações de frustração e dor impostas pela existência. Diz ele: “O pensar foi dotado de características que tornaram possível ao aparelho mental tolerar a tensão provocada pelo aumento de estímulos, enquanto o processo de descarga é adiado”. A atividade do pensar surge, então, com a intenção de adiar a descarga e modificar a realidade. A alternativa seria a fuga ao desprazer ocasionada pela privação – originalmente a ausência do objeto cuidador ou sua incapacidade em conter e elaborar as primitivas angústias do bebê –, levando à formação de equívocos e autoenganos (estruturas falsas, -K), uma vez que o vínculo K está ligado ao mundo das verdades – especialmente as diferenças entre os sexos e entre gerações, tempo, envelhecimento e morte.

Bion propõe uma equivalência entre a intolerância à frustração e a intolerância às emoções dolorosas e, como fuga, além do recalque, sugere mecanismos psíquicos de ataque aos vínculos, ao próprio pensamento ou às funções egoicas que visam o contato consciente com a realidade dolorosa, o que assume extrema importância psicopatológica, já que o grau de patologia mental está diretamente relacionado com os tipos e intensidades de defesas que o ego se utiliza para negar o sofrimento mental.

O modelo de relacionamento afetivo que nos acompanhará por toda a vida está firmado nos cuidados maternos e na sua interação com o universo afetivo do bebê. Satisfazendo as necessidades naturais e culturais de seu bebê, a mãe é a fonte de todas as experiências de prazer do filho. Estamos no território da paixão narcísica, em que não há possibilidade de diferenciação entre *self* e objeto. Também o cuidado e a sedução erótica são aqui inseparáveis.

Freud, em “Esboço de psicanálise” (1938/1975) nos diz: “Nessas duas relações está a raiz da importância de uma mãe única, sem paralelo, inalteradamente estabelecida por uma vida inteira como o primeiro e mais forte objeto de amor e como o protótipo de todas as outras relações de amor posteriores – para ambos os sexos”. Modelo que persistirá e que tenderá a se repetir invariavelmente, em sua totalidade – fenômeno transferencial –, salvo em situações em que o modelo poderá ser questionado, contestado. Caso a mente possa suportar a sensação de iminente catástrofe – desestruturação de um modelo preestabelecido – e toda a angústia que tal situação de mudança genuína provoca, poderá alcançar

a liberdade depressiva, reestruturante, de estabelecer novos modelos de funcionamento afetivo para o aparelho mental.

Como um ego auxiliar, a Função Materna é a base de continência e espelho para o bebê. Aceitando e contendo a qualidade e a intensidade de suas próprias pulsões, a mãe desperta o filho para a vida pulsional, para a própria vida. A mãe torna possível, ao bebê, reconhecer nela as suas próprias pulsões, funcionando como um continente seguro, capaz de “digerir” suas angústias e devolvê-las de forma mais aceitável e suportável, dando sentido e nomeando cada expressão de afeto surgida na relação. Quer dizer, após possibilitar o nascimento da vida pulsional do bebê, o único objetivo do amor materno é torná-la suportável e possível.

Contando com as potencialidades de seu próprio sistema e com a ajuda da mãe (intersecção dos eixos vertical e horizontal, na hipótese de Ferrari), o bebê, a princípio, só precisa se defender de sua própria excitação pulsional interna. Em certos casos, além de lutar contra essa excitação pulsional interna, ele também terá de lutar contra a excitação pulsional externa, que vem do objeto – interno e externo se confundem e se somam. Desta forma instala-se o caos em lugar da ordem. Em contrapartida, o bebê, em fantasia, passa a atacar destrutivamente o objeto e a realidade do ambiente, buscando neutralizá-los.

O mundo interpessoal é um mundo afetivo (Stern, 1985), com o seu desenvolvimento encorajado pela interação afetiva entre o cuidador e o bebê. Estudos recentes (Fonagy e Target, 1997) atestam a presença de um comportamento reflexivo, aprendido no início da vida, a partir das trocas afetivas entre mãe e bebê e que opera durante toda a vida, inconsciente e automaticamente. A mãe cria representações para as expressões afetivas do bebê e, funcionando como espelho, ajuda a fundar as representações do bebê sobre si mesmo, que assim vai mapeando a constituição de seu *self*.

Wilma Bucci (1997) nos diz: “No mesmo sentido que observações repetidas de um objeto formam classes e imagens prototípicas funcionalmente equivalentes, episódios repetidos com um núcleo afetivo comum, envolvendo outras pessoas na relação do *self*, também formam classes funcionalmente equivalentes das quais as imagens prototípicas dos episódios são geradas”.

Incorporados como traços de memória tornam-se modelos operantes do que é provável que aconteça quando alguém tem um desejo ou uma necessidade e, nessas circunstâncias, proporcionam expectativas do que é provável que as outras pessoas façam e como a pessoa provavelmente se sentirá. Os esquemas emocionais na memória não são fixos, diz Bucci, reformam-se continuamente no comportamento adaptativo, na dependência de novas experiências interpessoais. Porém, existem situações em que o esquema prototípico do *self* é extremamente resistente a qualquer mudança no modelo primordial, o que é traduzido por Bion como uma excessiva quota de Pulsão de Morte atuante, expressando-se por ataques invejosos e vorazes que não permitem integração. Ou uma falha da *rêverie* materna e de sua função alfa, sobrecarregando o bebê num estado de “terror sem nome”. Ou, ainda, pelas duas situações concomitantes numa espécie de conluio maligno.

Do ponto de vista da função analítica na clínica, a compreensão do papel da fantasia como realidade psíquica e os estudos de Heimann e Racker sobre a contratransferência, já nos anos 1950, e seu papel como instrumento de percepção inconsciente do funcionamento mental de nossos pacientes, contribuíram para que os analistas perdessem em segurança, mas, em contrapartida, ganhassem quanto à profundidade da compreensão sobre o funcionamento anímico.

Compreendendo então o processo analítico como uma situação em que ocorrem identificações projetivas cruzadas, as sensações e emoções vivenciadas pelo analista contêm sempre algum grau de participação do paciente (e vice-versa) e assim será quanto mais nos aproximarmos de aspectos primitivos do funcionamento mental. Como nos diz Money-Kyrle (1990), deixar-se afetar pelas emoções despertadas pelo encontro não significa funcionar em lugar do paciente, mas analisar profundamente o experimentado. Precisamos fazer uso da nossa intuição e empatia, sem perder de vista os riscos, sempre presentes, de uma infiltração da subjetividade do analista interferindo demasiadamente no processo. Desta maneira, se nos tornamos mais vulneráveis também nos tornamos mais humanos, mais humildes e mais livres, contribuindo para o enriquecimento da experiência psicanalítica através de uma maior aproximação à verdade do encontro das subjetividades da dupla. Uma sólida base teórica e técnica introjetadas, aliadas a uma análise pessoal bem-sucedida, parecem ser pré-requisitos indispensáveis na busca de minimizar tais riscos, dentre os quais se destaca a inversão dada pela possibilidade da atuação em lugar do pensar.

Sabemos que, na análise, o paciente brinca com a mente do analista, como o faz o bebê com a mente da mãe, buscando provocar respostas contratransferenciais, as chamadas identificações projetivas realistas. Assim, um estado mental é projetado e, num segundo momento, reintrojetado como estado mental modificado pela mente do objeto. Esta forma primitiva de comunicação poderá incluir uma tentativa de livrar-se de conteúdos intoleráveis, mágica e onipotentemente evacuados para o interior do objeto. Seria ainda uma maneira de investigar sobre a mente do objeto, descobrindo como ela reagiria a determinada situação (Goulart, 2000). Falamos da existência de uma mãe que é capaz de sentir a perturbação que vem do bebê, que aceite ficar perturbada e que, apesar da perturbação, possa manter o equilíbrio mental, tornando a angústia suportável. A experiência envolve a dupla, não é de um ou de outro separadamente, mas de ambos conjuntamente, a caminho da integração da posição depressiva. Como nos mostra Hinshelwood (2001) e Lisondo (2004), a subjetividade individual está dentro do contexto intersubjetivo, nasce da intersubjetividade, no sentido de que se faz em uma experiência conjunta, a dois e progressiva. Há dois séculos a observação de crianças criadas por animais já nos mostrava que é a resposta do outro que fará com que algo do sujeito tome forma na pessoa física da criança (Penot, 2003), o que corrobora com a especificidade do método psicanalítico, diferenciando-o de outras abordagens psicoterápicas e de outras formas de atendimento. Na sala de análise, o analista faz parte da cena, da situação e da relação analítica e a sua presença não só é fundamental para que o processo se dê, como também interfere com o próprio processo.

A maturação e o desenvolvimento das tendências cognitivas do ego estão na dependência da interação afetiva com o objeto (interação entre estruturas corticais cognitivas e estruturas subcorticais afetivas mediadas por um neurotransmissor liberado durante a relação afetiva intersubjetiva, nos dizem os neurocientistas). Produz efeito de desenvolver circuitos neurais no córtex pré-frontal, responsável pela cognição e pela regulação dos afetos.

Gabbard (1997) nos fala sobre a contratransferência como uma construção da dupla, formada pelas reações do objeto projetado – pela pressão inconsciente e interpessoal do paciente – e por aspectos já trazidos pela subjetividade do analista, concluindo que “Um dos aspectos mais reveladores do conteúdo inconsciente de um comportamento ou de uma interação singular de um paciente é seu impacto sobre o analista”, que pode ser visto como objetivo apenas no sentido de que é um objeto externo à mente pensante do paciente. Na

dependência do momento vivido na análise por ambos os participantes, as intervenções do analista podem privilegiar um objeto projetado pelo paciente e, outras vezes, a própria subjetividade do analista. Em uma situação adequada de desenvolvimento, a realidade psíquica e a realidade externa são percebidas pela mente da criança como ligadas, não mais necessitando que sejam excindidas uma da outra. O mesmo autor nos fala da importância terapêutica de que o analista possa ser visto também como objeto novo e real, apreciado pelo analisando em sua subjetividade. Nossos pacientes necessitam encontrar uma imagem de si mesmos na mente do analista, tal como ocorre quando o bebê internaliza uma imagem de si mesmo mesclada à imagem da mãe, o que teria papel fundamental na construção do novo Eu (“este é que sou eu, visto pelos olhos de minha mãe”, talvez dissesse um bebê).

Outros importantes autores, como Brenner (1982), Gill (1994) e Smith (2000), estudiosos dos fenômenos transferenciais/contratransferenciais, também concordam em ser a transferência/contratransferência uma criação conjunta da dupla analítica, quando transferência e contratransferência seriam dinâmica e geneticamente indistinguíveis. Também Renik (2000) nos diz que “o trabalho analítico consiste em construir novos significados, ao invés de revelar significados velhos, que foram mantidos isolados”.

A questão da intersubjetividade começa a ganhar estudos de grande importância para a clínica psicanalítica, com seus desenvolvimentos teóricos, a partir do aprofundamento sobre o conhecimento da contratransferência, iniciado nos anos 1950, como dito acima. Corroboram com o tema outras pesquisas sobre a comunicação inconsciente, pré-verbal e o significado latente das comunicações verbais. O foco central do analista, antes voltado para a mente do paciente, com sua história e os aspectos de seu mundo emocional, passa a se deslocar para a análise do relacionamento dentro do processo analítico. A situação analítica se amplia e o analista passa a ser compreendido como sendo parte ativa e integrante do processo, apesar da neutralidade buscada tecnicamente.

A intersubjetividade em psicanálise tem como base o fato de que a formação do próprio processo analítico deriva da trama tecida pelo encontro entre as reações subjetivas de ambos os participantes, um em relação ao outro e, segundo Dunn (1995), representa a força primária do processo de tratamento psicanalítico. Observando a transferência como uma função básica do ego, assim como uma limitação intrínseca ao conhecimento objetivo, as percepções do analista em relação à realidade psíquica do paciente são também construídas através das lentes da fantasia inconsciente e distorcidas por ela.

Madeleine e Willy Baranger, já em 1961, em seus estudos sobre o campo psicanalítico – situação analítica, técnica e *setting* – afirmavam que “Não podemos conceber a fantasia básica de uma sessão, ou do ponto de urgência desta, se não levamos em conta a fantasia do par se relacionando”, com o movimento constante de identificações projetivas, introjetivas – tanto partindo do paciente quanto do analista, gerando identificações cruzadas – e contraidentificações. A interpretação ou proposição, como prefere Ferrari, portanto, deverá considerar o que se passa no campo intersubjetivo, criado pelos dois participantes da dupla.

A posição do analista não detém nenhum privilégio para julgar o que é apropriado e real e o que é distorcido e invenção da imaginação; não há uma dicotomia entre realidade externa objetiva e realidade interna subjetiva; na verdade, existe uma realidade relacional, interativa, em que analista e paciente se encontram como sujeitos de um diálogo e de uma construção conjunta de significados, nos diz Ponsi (1997). Toda comunicação, portanto, é uma interação, contínua e mútua, seja partindo do paciente ou mesmo do analista e se situa

na dimensão das palavras. As interpretações ou proposições analíticas passam a ser focadas sobre a relação, quando o analista deverá buscar o ponto de vista do paciente sobre esta, auxiliado pela observação de seus próprios estados mentais.

Os analistas parecem começar a sair de um lugar onde, na realidade e a bem da verdade, nunca estiveram; lugar onipotentemente construído, com uma neutralidade mais desejada do que real e verdadeira, como se fosse possível manter-se em uma relação afetiva excluindo todo o tipo de interferência de suas subjetividades no processo. Cientistas voltados para outras áreas do conhecimento, como Einstein e Heisenberg, e mais recentemente Hawking, com seus princípios de relatividade e incerteza buscando compreensão sobre os confins do Universo, nos mostram que esta parece ser uma nova concepção de mundo, transformadora das ciências.

A objetividade científica idealizada, em que o observador não afetasse ou interferisse no objeto de sua investigação, parece ter sido abandonada, substituída pela premência em se distinguir realidade de fantasia, considerando sempre o ponto de vista do outro. Isto inclui uma recusa a ver qualquer interpretação como completa ou qualquer significado como exaustivo e acabado. Nossa própria maneira de ver o mundo não significa ser este o modo como as coisas de fato são, o que amplia substancialmente o espaço para o pensar (Cavell, 2000).

Katz (2000) descreve muito bem nossas compreensíveis resistências, enquanto analistas, para nos adaptarmos à nova concepção: "... se manifestamente os analistas aceitavam os avanços da psicanálise, inconscientemente se mantinham presos ao antigo modelo. A subjetividade do analista era tomada como uma reação indisciplinada à transferência do paciente e que deveria ser controlada", o que hoje, obviamente, já não se sustenta da mesma maneira.

Bion, a partir do trabalho com grupos e também com a análise de psicóticos, desenvolve o conceito de transferência descrito por Klein. Descreve as partes psicótica e não psicótica da personalidade e coloca o analista presente, com todos os recursos de sua vida mental, no processo. As identificações projetivas passam a ser compreendidas como uma modalidade de comunicação da mente primitiva, recíproca e cruzada. Sendo assim, cada paciente com seu analista construirão uma nova história –história da dupla –, forjada nas subjetividades de cada um e no espaço intersubjetivo criado por ambos. Assim, cada análise se faz numa experiência conjunta, única, singular, particular e jamais poderá se repetir.

O desenvolvimento da intersubjetividade no processo analítico estaria na dependência da empatia, da contratransferência, do papel real do analista, dos fenômenos de campo e da função *self*-objetal – ponto de encontro de aspectos subjetivos e objetivos na situação analítica –, mas, como nos alerta Hanly (1994), é necessário que o analista possa preservar certa medida de objetividade. O uso equilibrado de ambos os vértices, objetivo e subjetivo, deverá estar sempre voltado ao novo do trabalho com cada paciente, o que nos traria o vigor e o frescor de uma experiência de relacionamento humano, em oposição à aridez da teoria, conforme também pensamos.

Ogden (1996) chega a afirmar que não é necessário distinguir o que é do paciente e o que é do analista, pelo contrário, acha que a criação conjunta de ambos é que deve ser privilegiada. O encontro entre paciente e analista, na sala de análise, criaria um terceiro sujeito, o terceiro analítico – semelhante ao objeto analítico descrito por Green, (1986) –, um sujeito intersubjetivo, construído por meio de sucessivas identificações projetivas e introjetivas partidas de ambos os componentes e que, posteriormente, seria resgatado à subjetividade

de cada um, mas sempre modificado pela criação de ambos. Parafraseando Winnicott, nos diz que não existe, portanto, paciente sem analista ou analista sem paciente.

Mello Franco Filho (1994) contribui com as questões levantadas e, com clareza, nos coloca diante do impasse epistemológico que vivemos: "... de um lado, temos que defender a noção de neutralidade do analista (supostamente um dos pilares do método) e, de outro, temos que enfrentar o que, na prática, nos aponta através da experiência e do bom senso: que o analista é muito mais do que um espelho".

Eizirik (1991) nos diz que "A neutralidade, convertida em jargão psicanalítico é invenção dos analistas, não de Freud, que nunca usou a palavra alemã *neutralitaet* em seus escritos teóricos ou técnicos. Nas três ocasiões em que a Standard Edition inclui a palavra *neutrality*, o termo empregado por Freud foi *indifferenz*, traduzido por Strachey como *neutralidade* (Hoffer, 1985). O que pode parecer mais um detalhe de tradução, talvez encerre a essência do debate que tem envolvido o conceito. Conforme Hoffer, a palavra *neutralidade* tem uma conotação mais impessoal, distante e científica, enquanto *indiferença* pode ser usada tanto em alemão como em inglês, no sentido científico de *imparcial* quanto ao resultado. Seja como for, a ambiguidade da palavra *neutralidade* tornou-se particularmente adequada para captar a complexidade única da posição do analista, simultaneamente humanista e objetiva. A honesta neutralidade e o genuíno envolvimento com outra pessoa são de alguma forma antitéticos? Mantendo-se neutro e não indiferente, o analista lança mão de suas capacidades de sentir e pensar para colocar-se à disposição do paciente. Essa atitude neutra agora seria descrita não só em relação ao paciente, mas também em relação a si mesmo".

Irma Pick (1990), referindo-se ao mesmo tema, nos diz que "... a opinião de que o analista não seja afetado por estas experiências não só é falsa, como indicaria ao paciente que, para o analista, a sua situação, a sua dor e conduta não têm valor do ponto de vista emocional. Isto representaria não neutralidade, mas hipocrisia ou insensibilidade. O que aparenta ser falta de paixão, na realidade pode vir a ser a morte do amor e do cuidado".

A subjetividade do analista inevitavelmente participa das percepções sobre o analisando, e cada participante do encontro tem uma percepção subjetiva que contribui para essa nova realidade emergente. Ambos são observadores e participantes, cada um com suas próprias concepções da realidade construída em conjunto.

A neutralidade analítica absoluta, como parâmetro técnico, culminaria por produzir um bloqueio com dois vetores: a garantia de uma transferência pura, por um lado, e a eliminação de qualquer possibilidade de contratransferência, por outro. Uma compreensão asséptica, utópica e um tanto ingênua, incapaz de se adequar à verdadeira experiência de um encontro psicanalítico. Se o analista está tão presente no encontro analítico, com todo o peso da sua personalidade, tanto quanto o paciente, a diferença se faz na possibilidade de substituir a atuação pelo pensar.

Doin (2002) acrescenta ser fundamental uma certa dose de ousadia e coragem para que tais experiências possam ser valorizadas como matéria-prima na análise. A afinação da dupla aparece como responsável por vivências compartilhadas num espaço transicional criado na situação analítica, mantido durante um tempo necessário e posteriormente abandonado, quando cada um dos participantes recobriam suas diferenças subjetivas, agora enriquecidas pelo processo, tal qual também se refere Ogden.

As novas perspectivas teóricas desenvolvidas a partir de uma compreensão mais ampla e aprofundada do funcionamento mental da dupla analítica na clínica, com a inclusão da personalidade total do analista, assim como a do paciente, e um interesse ousado e verdadeiro sobre o funcionar emocional de ambos, deslocando o foco de atenção e análise para o espaço intersubjetivo criado pelas subjetividades da dupla, não sendo ao final uma nem outra, desloca também o método interpretativo para o construído na relação, em cada sessão e a cada momento. As interpretações, antes transferenciais, passam a ser dirigidas para a interação transferencial/contratransferencial, para a rede composta de identificações projetivas cruzadas e contraidentificações, com seus conteúdos verbais latentes e pré-verbais.

Consequentemente, o campo analítico, que inclui a técnica, o *setting* e a situação analítica, bem como o processo ditado pelo método, passa também por uma espécie de mudança catastrófica. Enquanto analistas, fomos destituídos de uma posição confortável que julgávamos ter, onipotentemente constituída, ainda que a verdade sofresse com isso, e tal qual a situação se humanizou, também ganhamos a oportunidade de nos tornarmos mais humanos e mais inteiros, com toda a carga biológica, histórica, emocional e social que faz de nós o que somos.

O reviver transferencial/contratransferencial da interação afetiva representada pela relação analítica diferencia-se dos outros métodos psicoterápicos por fazer uso de conhecimentos científicos dessas estruturas afetivas e ideativas, fundamentando uma técnica que visa o desenvolvimento global da personalidade e não à remoção de sintomas isolados, mergulhando nas regiões mais profundas, de onde dados de um passado extremamente precoce são trazidos para uma superfície virtual e passíveis de tomar parte da construção do novo e do todo.

Mantermos nossas mentes não saturadas, voltadas para o novo e desconhecido de cada encontro, desenvolvendo nossas capacidades negativas de suportar o não saber de cada momento, como aliadas e também consequências do desenvolvimento de nossa capacidade de pensar em lugar de atuar, voltados e a serviço da mente do outro que nos procura para o alívio de suas dores, objeto maior de nossos estudos e pesquisas, nos torna mais inteiros, mais vivos, mais livres, mais criativos e mais verdadeiros.

Intersubjetividad y especificidad en psicoanálisis

Resumen: Partiendo del concepto de pulsión en Freud, el autor teje consideraciones sobre la importancia de la función materna y su interacción con el bebé como base fundamental para la construcción de la nueva personalidad. Desenvuelve el tema llegando a la relación analítica y discute la importancia de la presencia de la personalidad total del analista en la sesión, inclusive en cuanto individuo real, tanto cuanto la del paciente, interactuando e interfiriendo en el proceso, a pesar de la neutralidad técnica buscada. El concepto de intersubjetividad es destacado como siendo la fantasía de la dupla en el campo analítico, construida por el encuentro de las subjetividades de ambos los componentes, que serán rescatadas posteriormente, en sus diferencias, habiéndose enriquecidas por el encuentro intersubjetivo. Destaca la importancia de cierta dosis de coraje y osadía que el analista precisa tener para que pueda hacer uso de la materia-prima que emerge en el campo intersubjetivo, siempre amparado por una sólida formación psicoanalítica, por sus estudios y especialmente por una experiencia de análisis personal satisfactoria. Sugiere que el trabajo analítico consiste en construir nuevos significados y que, trabajando en el espacio intersubjetivo, la dupla analítica se torna mas integrada, mas viva, mas creativa y, especialmente, mas verdadera.

Palabras clave: trieb; papel materna; intersubjetividad; diálogo psicoanalítico; psicoanálisis.

Intersubjectivity and specificity of psychoanalysis

Abstract: *On the concept of Trieb in Freud, the author makes considerations about the importance of the maternal role and its interaction with the baby on the basic construction of the new personality. Develops the theme until the analytic relationship and discusses the importance of the presence of the total personality of the analyst in session, that included the real person, as much as the patient, interchanging and interfering on process, although the technic neutrality search.*

The intersubjectivity concept is enhanced like a double phantasy in the analytic field, constructed by subjectivities meeting of both components, that should be ransom later, in their differences, enriched by the intersubjective meeting.

He emphasize the necessity of some dose of courage and daring that the analyst needs to have to use of the raw material that emerge in field intersubjective, always sustained by the solid psychoanalytic formation, by the studies and speciality by the satisfactory personal analysis. He suggests that the analytical work consists of constructing new meanings, and that, working in the intersubjective space, the analytical pair if becomes more integrated, more alive, more creative and, especially, truer.

Keywords: *Trieb; maternal role; intersubjectivity; psychoanalytical dialogue; psychoanalysis.*

Referências

- Andrade, V. M. (2003). *Um diálogo entre a psicanálise e a neurociência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Baranger, M. y W. (1969). La situación analítica como campo dinámico. In *Problemas del campo psicoanalítico*. Buenos Aires: Kargieman. (Trabalho original publicado em 1961)
- Bion, W. R. (1972). Diferenciación de las personalidades psicóticas y no psicóticas. In *Volviendo a pensar*. Buenos Aires: Hormé. (Trabalho original publicado em 1957).
- _____. (1988). Ataques ao elo de ligação. In *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1959).
- _____. (1972). Una teoría del pensamiento. In *Volviendo a pensar*. Buenos Aires: Hormé. (Trabalho original publicado em 1962).
- _____. (1992). *Conversando com Bion*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1976).
- Brenner, C. (1982). *The mind in conflict*. New York: International Universities Press.
- Bucci, W. (1997). *Psychoanalysis and cognitive science: a multiple code theory*. New York: The Guilford Press.
- Cavell, M. (2000). Triangulação, mente própria e objetividade. In *Livro Anual de Psicanálise*. Tomo XIV. São Paulo: Escuta. (Trabalho original publicado em 1998).
- Doin, C. (2002). Relação psicanalítica e interpretação transicional. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 36 (3).
- Dunn, J. (1995). Intersubjetividade em psicanálise: uma revisão crítica. In *Livro Anual de Psicanálise*. Tomo XI. São Paulo: Escuta.
- Eizirik, C. (1991). Da teoria à clínica: a questão da neutralidade e suas repercussões transferenciais e contratransferenciais. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Psicanálise. São Paulo.
- Ferrari, A. (2004). *From the eclipse of the body to dawn of thought*. London: Free Association Books.
- Fleming, M. (2004). No limiar do pensável: intolerância à frustração, pensamento e dor mental. In *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 38, n. 4, São Paulo.
- Fonagy, P. & Target, M. (1997). Attachment and reflective function: their role in self-organization. In *Development and psychopathology*, 9.
- França, J. (1997). Intersubjetividade e psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 31 (2).
- Freud, S. (1987). Projeto para uma psicologia científica. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- _____. (1970). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 11. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910).
- _____. (1969). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911).
- _____. (1974). Os instintos e suas vicissitudes. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 14. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- _____. (1976). O ego e o id. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- _____. (1974) O mal-estar na civilização. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 21. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1927).

- _____. (1975). Esboço de Psicanálise. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 23. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1938).
- Gabbard, O. (1997). Uma reconsideração da objetividade do analista. In *Livro anual de psicanálise*. Tomo XIII. São Paulo: Escuta.
- Gill, M. (1994). *Psychoanalysis in transition: a personal view*. Hillsdale, NJ: Analytic Press
- Goulart, A. (2000). O eu no outro: considerações sobre a ansiedade primitiva e a identificação projetiva. *Psicanálise em Revista*, 1 (1).
- _____. (2003). O psicanalista e sua arte: de místico e cientista todos nós precisamos ter um pouco. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 37 (1).
- _____. (2003). Muito além do espelho. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 37(2/3).
- _____. (2005). Narcisismo e cultura ou De como o espelho rouba a alma. *Psicanálise em Revista*, 3(1 e 2).
- _____. (2006). Psicopatologia do vínculo: obstáculos à cura. Trabalho inédito apresentado na XI Jornada de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica do Recife.
- _____. (2007). Desafios da clínica contemporânea: usos da contratransferência. *Psicanálise em Revista*, 5 (1).
- Green, A. (1986). Concepções de afeto. In *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago.
- Hanly, C. (1994). Sobre subjetividade e objetividade em psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 28 (3).
- Heimann, P. (1950). On countertransference. *International Journal of Psychoanalysis*, 31, 81-84.
- Hinshelwood, R. (2001). Contratransferência. In *Livro Anual de Psicanálise*. Tomo XV. São Paulo: Escuta. 2001. (Trabalho original publicado em 1999).
- Katz, G. (2000). A experiência interna do analista e a natureza da intersubjetividade: uma abordagem clínico-teórica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 34 (4).
- Lisondo, A. (2004). A subjetividade é construída na intersubjetividade. Trabalho apresentado na V Jornada de Psicanálise de Aracaju.
- Masson, J. (1986). Carta 69. In *A correspondência completa de Sigmund Freud a Wilhelm Fliess*. Rio de Janeiro: Imago.
- Mello Franco Filho, O. (1994). Mudança psíquica do analista: da neutralidade à transformação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 28 (2).
- _____. e Sandler, P. (2006). Intersubjetividade: progresso em psicanálise? *Revista Brasileira de Psicanálise*, 39 (4).
- Money-Kyrle, R. (1990). Contratransferência normal e alguns de seus desvios. In *Melanie Klein hoje*. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1956).
- Ogden, T. (1996). *Os sujeitos da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Penot, B. (2003). O circuito pulsional como gerador de subjetivação. In *Livro Anual de Psicanálise*. Tomo XVII. São Paulo: Escuta. 2003. (Trabalho original publicado em 2001).
- Pick, I. (1990). Elaboração na contratransferência. In *Melanie Klein hoje*. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1985).
- Ponsi, M. (1997). Interação e transferência. In *Livro Anual de Psicanálise*. Tomo XIII. São Paulo: Escuta.
- Racker, H. (1953). A contribution to the problem of countertransference. *International Journal of Psychoanalysis*, 34, 313-324.
- Renik, O. (2000). A subjetividade e a objetividade do analista. In *Livro Anual de Psicanálise*. Tomo XIV. São Paulo: Escuta. 2000. (Trabalho original publicado em 1998).
- Rezende, A. e Gerber, I. (2001). Uma lógica da intersubjetividade. In *A psicanálise atual na interface das novas ciências*. São Paulo: Via Lettera.
- Smith, H. (2000). Countertransference, conflictual listening, and the analytic object relationship. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 48 (1).
- Stern, D. N. (1985). *The interpersonal world of the infant*. New York: Basic Books.
- Zimerman, D. (2004). *Bion da teoria à prática*, 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Artmed.

[Recebido 9.8.2009, aceito em 12.8.2009]

Adalberto A. Goulart

[Sociedade Psicanalítica do Recife SPR e Núcleo Psicanalítico de Aracaju NPA]

Av. Anísio Azevedo, 675/304 – Salgado Filho

49020-240 Aracaju, SE

adalbertogoulart@uol.com.br